

O PAPEL QUE A INGERÊNCIA IMPERIALISTA DOS EUA DESEMPENHOU NA DESESTABILIZAÇÃO DO GOVERNO DE EVO MORALES (2006-2019)

Tatiane Anju Watanabe¹

RESUMO

O governo Morales foi marcado por momentos de grandes instabilidades desde que chegou à presidência, sofrendo uma tentativa de golpe de Estado em 2008, e em 2019 foi efetivamente derrubado. Nesses momentos é possível observar que os EUA desempenharam um papel essencial na desestabilização do governo Morales, a partir de ingerências imperialistas que se deram principalmente via investimentos da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e do National Endowment for Democracy (NED), e assistência militar, sendo essa análise o objetivo do artigo. Isso será feito a partir de contribuições de Atilio A. Boron, que defende que os EUA se encontram em decadência hegemônica, se tornando mais agressivo e buscando manter a América Latina como sua zona de influência; e Jaime Osorio com o conceito de Estado dependente, que apresenta relações de subsoberania, em que seu poder estatal é subordinado a outros poderes estatais (imperialistas).

Palavras-chaves: Morales; imperialismo; golpe.

ABSTRACT

The Morales government has been marked by moments of great instability since he came to the presidency, suffering an attempted coup d'état in 2008, and in 2019 he was effectively overthrown. At these times, it is possible to observe that the US played an essential role in the destabilization of the Morales government, based on imperialist interference that took place mainly through investments by the United States Agency for International Development (USAID) and the National Endowment for Democracy (NED), and military assistance, this analysis being the objective of the article. This will be done based on contributions from Atilio A. Boron, who argues that the US is in a hegemonic decline, becoming more aggressive and seeking to keep Latin America as its zone of influence; and Jaime Osorio with the concept of dependent state, which presents relations of sub-sovereignty, in which its state power is subordinated to other state powers (imperialists).

Keywords: Morales; imperialism; coup.

INTRODUÇÃO

O governo de Evo Morales (2006-2019) foi marcado por diversos momentos de conturbação política, como em torno da criação de uma nova constituição, no aumento de força de movimentos autonomistas opositores da região da *media luna* (abarca os departamentos de Santa Cruz, Pando, Beni, e Tarija), na tentativa de golpe de Estado em setembro de 2008, e enfim no golpe cívico-policia-militar (20 de outubro à 10 de novembro de 2019) que derrubou o presidente do poder, forçando-o a renunciar e fugir

¹ Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Economia Política Mundial da Universidade Federal do ABC (UFABC). Contato: tatianeawatanabe@gmail.com

para o México. Analisando esses momentos, é possível perceber que os EUA tiveram um papel essencial a ser considerado, enxergando que houve e ainda há uma ingerência imperialista do país nos assuntos internos bolivianos, e que no século XXI se deu em grande parte através da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e do National Endowment for Democracy (NED), financiando projetos com a justificativa de promover a democracia e fortalecer as instituições do Estado boliviano, mas que na verdade visavam promover movimentos autonomistas e apoiar grupos opositores ao governo Morales. Além disso, a ingerência pode ser observada através da assistência militar estadunidense, havendo um número de mais de quatro mil militares bolivianos que receberam treinamento nos EUA entre 1949 à 2004.

Para investigar essa ingerência estadunidense serão apreendidas as análises de Atilio A. Boron, que analisa as novas características do imperialismo, desde os anos 1990, que é marcado por um maior nível de intervenções e ingerências, e a necessidade constante, a partir dos EUA, de manter o domínio global, e assegurar como sua zona de influência a região do mundo considerada a mais importante, que é a América Latina (BORON, 2020a, p. 102). Assim, a Bolívia, rica em recursos naturais, em que destacarei o lítio pela sua importância no século XXI, considerando o seu uso para a fabricação de veículos elétricos, e que elege como presidente um líder popular que cumpre suas promessas de campanha, de nacionalizar os recursos naturais, indo contra os interesses dos EUA na região, que converge com os interesses das burguesias bolivianas (em especial da *media luna*), passa a precisar de um grau de atenção maior por parte do domínio imperialista estadunidense.

Desse modo, o objetivo deste artigo é observar como a ingerência imperialista estadunidense a partir da USAID, NED e assistência militar, impactou na desestabilização do governo Morales, que culminou em um golpe de estado em 2019. Assim, este artigo busca observar somente uma das variáveis determinantes que trouxe desestabilização ao governo Morales, que é a ingerência estadunidense, mas destaca-se que para uma melhor compreensão do processo que levou a derrubada do presidente boliviano, é necessário olhar também para além da atuação externa no país.

IMPERIALISMO E ESTADO DEPENDENTE

A ingerência dos Estados Unidos na América Latina precisa ser analisada a partir de contribuições das Teorias do Imperialismo. Apesar de compreender que o imperialismo não é um ‘elemento externo’ aos países periféricos, sendo imposto de fora para dentro, mas é, segundo Lênin, “a universalização do próprio modo de produção capitalista” na sua fase monopolista, nesse artigo, para que se possa analisar o papel dos EUA na desestabilização do governo Morales, que culminou em um golpe de Estado, o foco será na forma que o imperialismo se expressa politicamente, sendo, por exemplo, as ingerências contra soberanias alheias (GOUVEA, 2020, p. 23). Para isso, contribuições de Atilio A. Boron serão utilizadas, assim como da Teoria Marxista da Dependência, no que concerne a questão do Estado dependente e suas relações de subsoberania, a partir de Jaime Osorio.

Boron (2020a, p. 97, 100, 102) afirma que a atual expansão do imperialismo que ganhou impulso nos anos 1990, é marcada por uma aceleração do ritmo de concentração de riqueza no mundo todo, e pela intensificação da corrida armamentista, aumentando as guerras e suas vítimas. Para entender os fatores determinantes desse atual impulso expansionista, Boron (2020a, p. 104-107) apresentou três aspectos do sistema internacional: a instabilidade do equilíbrio geopolítico, no qual organismos militares e de inteligência dos EUA apontam constantemente que o cenário internacional está cheio de ameaças à sua segurança nacional; o crescimento da influência do complexo militar-industrial-financeiro no processo de decisão do governo estadunidense, que vive e respira guerra; e a constante caça por recursos naturais, que são distribuídos de forma desproporcional entre os países, então gera a necessidade dos países imperialistas de manter regiões ricas em recursos sob o seu domínio.

Boron então apresenta os Estados Unidos como o centro do que ele chama de “império”, sendo um país indispensável para sustentar a estrutura imperialista da ordem mundial. No entanto, o sociólogo (2020a, p. 112) sustenta que o “poder imperial estadunidense” está em um declínio irreversível, e que na sua queda, considerando que, segundo o autor, o mundo se configura não mais como um sistema unipolar, mas desde a segunda década do século XXI passou para a multipolaridade, não há nenhuma outra força hegemônica que possa “tomar” o lugar dos EUA.

Essa decadência do poder imperialista estadunidense se dá, segundo Boron (2020b, p. 205), porque o país apresenta problemas estruturais em sua economia, que se evidenciam pelo déficit fiscal e comercial, pelo seu endividamento público exorbitante, e

pelo aprofundamento da sua vulnerabilidade externa por conta da sua dependência de recursos estratégicos como petróleo e minérios, que são importantes para manter sua superioridade militar e seu padrão de consumo. E então, nessa “decadência imperial”, Boron (2020b, p. 217) recorda que na história os impérios se tornaram cada vez mais agressivos e brutais na sua fase de decomposição, e principalmente quando surgem outros centros internacionais de poder, como por exemplo a China.

Destaca-se também, a partir desse aumento da violência externa dos Estados Unidos, que vê um cenário internacional cheio de ameaças, uma militarização das relações internacionais, que como afirma Boron (2020b, p. 84), “dificilmente poderia repousar em um ambiente signado pela expansão dos direitos cidadãos e o processo democrático”. Assim, um dos principais objetivos dos Estados Unidos é posicionar o país para que possa controlar o acesso a abundância de recursos naturais presentes principalmente na América do Sul. Essa região, abarcando na verdade a América Latina inteira, e já entrando na outra tese que Boron (2020b, p. 76) defende, é a região mais importante do mundo para os Estados Unidos. Essa prioridade estratégica se dá a partir da seguinte constatação:

Em primeiro lugar, é seu vizinho, atravessado por profundas injustiças e em permanente efervescência pré-revolucionária. Uma vizinha que, como aconteceu no México, uma boa parte de seu território foi tirada. É também sua fronteira com o Terceiro Mundo, com o subdesenvolvimento. É também seu *hinterland*, sua área de segurança militar, a área com a qual compartilha a ocupação da grande ilha americana que se estende do Alasca à Terra do Fogo, separada das demais massas de terra e, mais ainda, um repositório de imensos recursos naturais.

Dessa forma, dado a importância do continente latino-americano para os EUA, que o consideram seu quintal e a sua principal zona de segurança externa, ao acreditar que sua segurança nacional depende da capacidade do Estado em evitar o surgimento de governos hostis aos seus interesses, Boron (2020a, p. 130) afirma que Washington combaterá “qualquer força política que chegue ao governo e trate de tornar realidade a soberania popular que se assenta na soberania econômica e política em um mundo de nações poderosas, imperialistas e colonialistas”.

Agora nos atentemos a análise de Jaime Osorio no que tange a soberania dos países latino-americanos. Osorio defende que o Estado continua tendo um papel central no sistema capitalista, sendo necessário entender quais são as especificidades que ele

apresenta nas economias dependentes, em que há um exercício desigual da soberania no sistema mundial capitalista. Segundo ele (2019, p. 206), os Estados latino-americanos, que são dependentes, apresentam relações de subsoberania que “implica a subordinação/associação do capital e das classes dominantes locais frente ao capital e às classes soberanas do mundo desenvolvido e imperialista”.

Há então na América Latina o que Vânia Bambirra (2013) chamava de “classes dominantes-dominadas”, com burguesias que não defendem projetos autônomos de nação, sendo subordinadas e associadas ao imperialismo. Diante disso, Osorio (2019, p. 206-207) afirma que “todo projeto político soberano deve necessariamente assumir conotações anti-imperialistas e, ao mesmo tempo, anticapitalista e popular”.

Isso só pode ser entendido, segundo Osorio (2017, p. 26), compreendendo o Estado como “a condensação de relações de poder político e de domínio, as quais possuem uma dimensão que produz sentido de comunidade”. Osorio (2017, p. 35-36) diferencia o ‘Estado’ do ‘aparato de Estado’ que é, primordialmente, “a coisificação das relações sociais que constituem o Estado”. O aparato de Estado é formado por instituições (e seus servidores) como por exemplo o Banco Central, o Parlamento, o Poder Executivo e seus ministérios, as Forças Armadas, a polícia, as prisões, as empresas estatais, etc; assim como faz parte desse aparato também as leis, normas e o corpo constitucional. É então a partir do aparato de Estado que a classe dominante administra seu poder político, porém, na grande maioria das vezes, essa administração é deixada nas mãos de outras classes, por exemplo, com o cargo de presidência estando nas mãos de governos populares, situação que ajuda a manter a impressão de que o Estado é socialmente neutro. Isso não faz com que o poder político, no qual o Estado é o centro, e que tem a burguesia como a sua classe dominante, seja disputado em processos eleitorais, porque alcançar algumas posições dentro do aparelho de Estado, como do executivo, não muda o seu caráter de classe, levando em conta que:

O aparelho de Estado não é uma garrafa vazia e transparente, que ganhará a cor do líquido que a preencha – conforme formulado por diversas correntes reformistas –, mas sim um território carregado de interesses de classe, com labirintos e armadilhas prontas para obstruir os projetos de forças sociais e políticas que rejeitem ou questionem a ordem existente (OSORIO, 2017, p. 38).

LÍTIQ NA BOLÍVIA E SUA IMPORTÂNCIA PARA OS EUA

O lítio é um minério que é utilizado principalmente na indústria elétrica e eletrônica, na produção de pilhas e baterias elétricas para celulares, notebooks e carros híbridos/elétricos (RODRIGUES, PADULA, 2017, p. 198). Hoje em dia, 74% da demanda por lítio no mundo é para a produção de baterias, no qual lideram empresas chinesas, sul-coreanas e japonesas (FERNÁNDEZ, 2022, p. 6).

Segundo a Agência Internacional de Energia, ligada a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), a demanda por lítio no mundo tende a aumentar em 42 vezes até 2040, passando a representar 40% do consumo global de energia, em comparação aos 7% que produzem atualmente (FERNÁNDEZ, 2022, p. 3; PRASHAD, BEJARANO, 2020). Esse aumento de demanda se dá em um contexto de necessidade de encerrar o uso de combustíveis fósseis (carvão mineral, derivados do petróleo e gás natural), para impedir a intensificação do aquecimento global. Segundo relatório de 2022 do Our World Data, atualmente o principal causador do aquecimento global é o setor de energia, que é gerada majoritariamente através da queima de combustíveis fósseis, responsável por 73,2% das emissões de gases de efeito estufa (GEE) (RITCHIE, ROSER, 2022; SCHUMER et al, 2022). Nesse setor, o transporte é um dos principais responsáveis pela emissão de GEE, por predominar os veículos a combustão, sendo necessário que se pense em alternativas a eles, que seriam os veículos elétricos (VEs), fazendo com que o lítio ganhe destaque.

O lítio é encontrado principalmente em salmouras ou minas de rocha dura, mas em especial no primeiro, em que três países concentram, de acordo com o informe de janeiro de 2021 do Serviço Geológico dos EUA, 67% das suas reservas mundiais, sendo chamado de “triângulo de lítio”: Bolívia, no Salar de Uyuni (21 milhões de toneladas), Argentina no Salar del Hombre Muerto (18,3 milhões de toneladas), e Chile no Salar de Atacama (9,6 milhões de toneladas). Outros países que possuem grandes reservas de lítio são, em ordem de abundância: Estados Unidos (9.1 milhões de toneladas), Austrália (7.3 milhões de toneladas) e China (5.1 milhões de toneladas) (FERNÁNDEZ, 2022, p. 3; USGS, 2022).

Como observado anteriormente, os principais produtores de baterias de íon-lítio são países asiáticos, em que a China sozinha é responsável por mais de 40% da produção mundial. Mas levando em conta os veículos elétricos, que dependem dessas baterias, os maiores produtores são: em primeiro lugar se encontra a empresa estadunidense Tesla, tendo produzido em 2021 936 mil unidades; em seguida está a alemã Grupo Volkswagen

com 763 mil; a chinesa BYD produziu 598 mil; General motors, estadunidense, 517 mil; e em quinto lugar a holandesa Stellantis, que produziu 385 mil unidades de VEs (IEA, 2022).

Se observa então uma demanda grande por lítio, em que vale destacar os Estados Unidos por conta do objetivo desse artigo. Em agosto de 2021, o presidente estadunidense Joe Biden emitiu uma ordem executiva que colocou o objetivo de, até 2030, pelo menos 50% dos carros particulares e caminhões leves vendidos sejam elétricos (EUA, 2021). O EUA, apesar de ser o quarto país com as maiores reservas de lítio do mundo, só atrás dos países do “triângulo de lítio”, não é ainda um grande produtor, em que apesar de ter reservas de lítio espalhadas pelo país, em 2018, a produção de lítio no país se concentrou somente em Nevada (USGS, 2019).

Os EUA não divulgam dados da produção interna de lítio para evitar vazarem dados de propriedade de suas empresas, mas segundo dados da UN Comtrade (2022), o país importou em 2021 aproximadamente 12.000 toneladas de lítio (carbonato de lítio) do mundo, dos quais 6.200 toneladas foram da Argentina e 5.800 do Chile, que se posicionam como os principais exportadores de lítio dos EUA. Já a exportação de lítio dos EUA para o mundo, foi de aproximadamente 3.300 toneladas em 2021, sendo a Rússia, Alemanha e Canadá os principais destinos.

Considerando esses dados, principalmente no que se vale de que a empresa que mais produz VEs no mundo é uma estadunidense, a Tesla, se destacando também a General motors em quarto lugar em 2021, não é possível ignorar que os Estados Unidos apresentam uma dependência desse minério para garantir a acumulação de capital de suas próprias empresas. Mantendo isso em mente, nos atentemos agora a forma que o EUA atuou na Bolívia, país com a maior reserva de lítio no mundo, ingerindo internamente com vistas a desestabilizar o governo Morales que, como será demonstrado, buscou uma maior soberania sobre os recursos naturais do país, mesmo dentro das restrições de soberania de uma economia dependente.

A INGERÊNCIA IMPERIALISTA DOS EUA NA BOLÍVIA

A presença dos EUA na Bolívia tem uma história que pode ser recontada com maior destaque a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, mas para esta análise o foco será no século XXI, mais especificamente no próprio governo de Evo Morales (2006-2019), ressaltando a estratégia imperialista dos EUA na Bolívia através da Agência dos

Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e do National Endowment for Democracy (NED), e também da assistência militar estadunidense.

A presença da USAID, principal órgão dos EUA de “assistência” externa, na Bolívia, com certeza é o caso mais emblemático da ingerência dos EUA no país, considerando que foi expulsa em 2013 após acusação do presidente Morales de atuar de maneira política, visando dividir o país. A “cooperação” da USAID com a Bolívia se iniciou em abril de 1964, e ao longo dos quase 50 anos de atuação da USAID no país, foi gasto em torno de US\$2 bilhões nos setores de “educação, saúde, agricultura, segurança alimentar, desenvolvimento alternativo, desenvolvimento econômico e programas ambientais” (USAID, 2014).

Nos anos 1990 o foco da agência passou a ser na “promoção da democracia”, sendo ali que Boron identificou que se iniciou a atual onda de expansão imperialista, que apresentou novas características com a derrocada da União Soviética, como os já explicitados anteriormente. Desde os anos 1990, segundo Boron (2020, p. 108), o imperialismo tem se tornado cada vez mais agressivo e violento, e com a necessidade dos EUA de manter seu domínio mundial, promover seus valores “democráticos” liberais ao redor do mundo, principalmente no seu “quintal” (América Latina), é fundamental na sua estratégia geopolítica imperialista. Assim, a USAID, por meio da empresa privada estadunidense de “desenvolvimento internacional” Chemonics International, Inc., dirigiu uma boa parte do seu financiamento para o desenvolvimento de políticas de mais de cem municípios bolivianos. Entre 1996 a 2003, a Chemonics investiu mais de US\$14,78 milhões nesses programas de inserção nos municípios, instituições estatais e sociedade civil (CHEMONICS INTERNATIONAL, 2003, p. 15). Porém, com a chegada de Morales à presidência, em 2006, o projeto da Chemonics na Bolívia mudou de estratégia, passando seu financiamento dos municípios para os comitês cívicos² e departamentos³, e se concentrando quase que exclusivamente na região da *media luna*, que são chamados de “departamentos autonomistas” (ALLARD, GOLINGER, 2009, p. 48).

Aqui vale falar rapidamente sobre os movimentos autonomistas na Bolívia, para que seja possível compreender o foco desses projetos estadunidenses nos departamentos com a chegada de Morales à presidência. Dentre os departamentos autonomistas, Santa Cruz é quem encabeça esse movimento a partir do Comitê Cívico Pro Santa Cruz e do

² Organizações das elites bolivianas, sendo a maior delas o Comitês Cívico de Santa Cruz.

³ A Bolívia se estrutura politicamente e administrativamente em nove departamentos: Cochabamba, La Paz, Oruro, Potosí, Chuquisaca, Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija. (OIG-CEPAL, 2021).

Movimiento Nación Camba, em que se organizam as elites de Santa Cruz, que se dizem “camba”, “uma espécie de outra etnia mais próxima das pessoas de cútis branca, e mais afastada dos *collas*, os migrantes indígenas provenientes do altiplano” (LUIGI JUNIOR, 2011, p. 14). Santa Cruz é um departamento que é “um centro econômico (agropecuário, petróleo e gás), comercial e populacional” (LUIGI JUNIOR, 2011, p. 66), e sua reivindicação por autonomia departamental, segundo Luigi Junior (2011, p. 14), está muito atrelada na busca pelo gerenciamento dos hidrocarbonetos presentes na área e no seu entorno⁴, por isso a oposição ao governo Morales, que como será visto, aumentou o controle do Estado sobre os recursos naturais da Bolívia. Esse movimento autonomista dos departamentos da *media luna*, se dá então por não quererem dividir as riquezas dos seus territórios com o resto do país. Destaca-se também o fato desses quatro departamentos não serem de maioria indígena, diferente da realidade dos outros cinco.

De acordo com documentos desclassificados pelos pesquisadores Eva Golinger e Jeremy Bigwood, a USAID investiu US\$97 milhões em partidos políticos e projetos de “descentralização” e “autonomia regional” entre 2002 a 2008, sendo o primeiro doador a apoiar movimentos autonomistas dos departamentos da *media luna* (GOLINGER, 2009). Em março de 2004, a USAID abriu um escritório do Office for Transition Initiatives (OTI)⁵ na Bolívia, em meio a uma crise política após a renúncia do presidente boliviano Gonzales Sánchez de Lozada, atuando, segundo Golinger (2009, p. 75, tradução nossa), como uma agência de inteligência que buscava direcionar recursos para “partidos políticos e organizações da sociedade civil (ONGs) que promovam a agenda de Washington”.

A USAID-OTI também contratou a empresa estadunidense Casals & Associates Inc para administrar US\$13.3 milhões do seu orçamento de 2004, que foram concedidos a 379 organizações, partidos políticos e projetos na Bolívia (GOLINGER, 2007). Inicialmente a OTI focou na cidade de El Alto, buscando diminuir o conflito na região, por conta da Guerra do Gás⁶. Porém, com a eleição do presidente Morales, o programa sofreu uma mudança de estratégia para desenvolver “a capacidade dos departamentos

⁴ Conferir mapas em: LUIGI, 2011.

⁵ A OTI foi criada em 1994, dentro da USAID, para, supostamente, em consonância com objetivos da política externa estadunidense, ajudar a promover a paz e democracia nos países, com programas de curto-prazo e com estratégias diferenciadas para cada situação (USAID, 2020).

⁶ Grandes mobilizações contra a decisão do governo de Sánchez de Lozada de exportar o gás natural boliviano para os EUA através do Chile, culminando na renúncia do presidente.

governamentais de responder melhor ao eleitorado que governam” (USAID-OIT, 2007, tradução nossa).

A ascensão de Morales à presidência acarretou então na mudança de tática dos principais programas da USAID presentes na Bolívia, tendo um foco maior nos departamentos, apoiando cada vez mais movimentos e organizações autonomistas, que traziam instabilidade ao governo Morales, buscando enfraquecer o poder executivo. Vale então discutir brevemente como que o líder indígena chegou ao poder. A Bolívia desde 1985 vivia vinte anos de governos neoliberais, que não traziam melhorias para o povo boliviano, haja vista que a pobreza continuou atingindo mais da metade da população (63% em 2000) e o desemprego atingia mais de 20% dos bolivianos entre 1999 a 2002 (BANDEIRA, 2008; VISCARRA, 2017, p. 85), o que fez com que no início do século XXI, grandes mobilizações populares impulsionadas principalmente por indígenas e camponeses surgissem em contestação ao neoliberalismo. Foi nesse cenário que Evo Morales se fortaleceu como um líder que poderia representar institucionalmente as demandas que o povo lutava para alcançar, como a nacionalização dos recursos estratégicos, a elaboração de uma nova constituição e políticas sociais que enfrentassem a crise social vigente. Morales então é eleito com mais de 50% dos votos em 2005, tomando posse em janeiro de 2006, e inicia o que foi chamado de *proceso de cambio* (processo de mudança).

O governo Morales buscou aumentar o poder do Estado na economia, principalmente no que se refere a riqueza em recursos naturais do país, como o gás natural, petróleo e minérios, como a prata, zinco, cobre, índio, lítio, etc. E se valendo da extração desses recursos para alcançar seus projetos políticos, econômicos e sociais, iniciou um processo de nacionalização deles, começando com os hidrocarbonetos (gás natural e petróleo), decretada no dia 1 de maio de 2006. No dia primeiro de maio de 2007, o governo anunciou o decreto supremo 29117, declarando que todo o território nacional seria reserva fiscal mineira, com a Corporación Minera de Bolívia (COMIBOL) retomando seu papel na exploração e administração dos minérios encontrados em solo boliviano (BOLIVIA, 2020). E em 2009, após três anos de embate em torno da Assembleia Constituinte, uma nova constituição foi enfim aprovada e referendada em janeiro, com os movimentos sociais alcançando suas principais demandas, que eram o reconhecimento da plurinacionalidade do Estado, a autonomia indígena e, principalmente, o controle do Estado sobre os recursos naturais (FUSER, 2016, p. 84-86, 94). Assim, a nova Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia demarcou que os recursos naturais,

como hidrocarbonetos e minerais, pertenceriam ao povo boliviano, cabendo ao Estado administrá-los, em que a sua produção e comércio aconteceriam nos marcos estabelecidos pela Constituição (CALVO, 2019, p. 21; LEONEL JÚNIOR, 2014, p. 223).

Quanto ao lítio, que foi o recurso destacado nesse artigo, foi promulgado por Morales em abril de 2008 o decreto supremo 29.496, que em seu artigo 1 “declara de prioridade nacional a industrialização do Salar de Uyuni para o desenvolvimento produtivo, econômico e social do Departamento de Potosí”, dando então os fundamentos da estratégia do país para o lítio no Salar de Uyuni. Em 2013, foi iniciada a produção do lítio no Salar, “sendo a primeira vez na história do país que um recurso dessa importância estava sendo industrializado no âmbito do Estado e da soberania nacional”. E em 2017 foi criada a Empresa Pública Nacional Estratégica Yacimientos de Litio Boliviano (YLB), que ficaria responsável por toda a cadeia produtiva em relação ao lítio, como prospecção, exploração, administração e comercialização (BOLÍVIA, 2021; COSTA, 2022, p. 113).

Fica então claro que um líder como Morales, que buscava uma maior soberania sobre os recursos naturais do país, tendo um maior controle do Estado sobre eles, confrontava diretamente os interesses do setor público-privado estadunidense na região que, como já demonstrado anteriormente, aumenta cada vez mais a sua demanda por lítio para a fabricação de seus VEs. Recordar-se que os principais exportadores de lítio dos EUA são Argentina e Chile, e ambos o exploram com projetos privados, tendo forte presença de empresas multinacionais, diferente da Bolívia, onde toda sua cadeia produtiva passa pelo Estado, mesmo podendo contar com capital estrangeiro. Dessa forma, a atuação estadunidense na Bolívia a partir da USAID, que as vezes pode parecer que se dá por interesses somente políticos, tem bases econômicas, em que um controle estrangeiro dos recursos naturais bolivianos, em especial do lítio, serviria à acumulação de capital nos EUA, e essa disputa, segundo Bruckmann (2011, p. 208) “adquire uma dimensão cada vez mais violenta e cruel”, afirmando ainda que: “uma das principais ameaças para o projeto hegemônico dos Estados Unidos na América Latina é a capacidade crescente da região para recuperar a soberania sobre seus recursos naturais, minerais estratégicos, petróleo e gás, reservas de água doce, biodiversidade, ecossistemas e florestas”.

Na Bolívia, a defesa de um maior controle do Estado sobre os recursos naturais do país foi sintetizada pelo que o vice-presidente de Morales, Álvaro García Linera, chamou de ‘Capitalismo andino-amazônico’, que consiste na “construção de um Estado forte, que regule a expansão da economia industrial, extraia seus excedentes e os transfira

para a esfera comunitária para promover formas de auto-organização e desenvolvimento comercial propriamente andino e amazônico (GARCIA LINERA, 2006, tradução nossa). Segundo o vice-presidente boliviano (2006), o capitalismo andino-amazônico seria um mecanismo temporário para lidar com a emancipação dos trabalhadores a médio prazo, ao mesmo tempo em que visualiza um horizonte estratégico socialista a longo prazo. Nos Programas de Governo de 2006 e 2009, não havia uma defesa do socialismo no texto, situação que muda em 2014, inserindo o termo Socialismo Comunitário no programa, que é entendido por ele como um processo de transição que “incorpora os conhecimentos e práticas indígenas de diálogo e convivência com a mãe terra”, para que se possa chegar num estágio de “*comunitarización universal y total de todas las relaciones humanas y de los humanos con la naturaleza*” (GARCIA LINERA, 2015, p. 69). Segundo Garcia Linera (2010, p. 18), o “processo revolucionário” que a Bolívia vivia, com a ascensão de Morales à presidência, que deu início a uma série de transformações no país, chegou num “ponto de bifurcação”, em que “ou se reconstitui o velho bloco de poder conservador, ou se finaliza o embate catastrófico e se consolida um novo bloco de poder”. Esse ponto de bifurcação, que na Bolívia consolidou, segundo ele, a vitória das forças revolucionárias, foi a derrota de uma tentativa de golpe em setembro de 2008.

Em 2008, que foi o último ano da Assembleia Constituinte, o embate em torno da nova constituição se intensificou a partir de demandas autonomistas da *media luna*, e com manifestações em Santa Cruz e outras cidades do leste boliviano se intensificando, foi realizado em maio e junho, pelos governadores da região, liderados pelo governador de Santa Cruz, Rubén Costas, referendos (sem validade jurídica) pela autonomia dos quatro departamentos da região. Morales, frente a situação de grande instabilidade política, resolveu então realizar um referendo nacional para confirmação ou revogação do mandato Morales-Linera, que resultou em uma aprovação de 67% do seu mandato (FUSER, 2016).

Os opositores da *media luna* frente a vitória do governo no referendo, ao invés de recuarem houve uma escalada golpista, compreendendo o período entre 28 e 29 de agosto até 12 de setembro, bloqueando primeiramente o acesso a aeroportos; atacando a polícia para tentar subordina-los às aspirações golpistas; e depois tomando, queimando e saqueando mais de 80 instituições do Estado, como os de administração, telecomunicação, de representantes ministeriais, etc. E então no dia 11 de setembro, ocorreu um massacre em El Porvenir, que resultou em 18 mortos e 40 feridos de camponeses e indígenas apoiadores do governo que se dirigiam a Cobija (capital do departamento de Pando) para se manifestarem, mas foram emboscados por paramilitares contratados pelo governador

de Pando, Leopoldo Fernández (opositor ao governo Morales). Frente a isso, as forças armadas tomaram uma posição a favor do governo e da legalidade, e em outubro foram organizadas grandes mobilizações pró-Morales, como em La Paz, que reuniu milhares de pessoas em defesa da aprovação da nova constituição (FUSER, 2016, p. 84-86, 94; GARCIA LINERA, 2010, p. 19).

Essa derrota do golpe, e depois a aprovação da nova constituição com 72% do eleitorado, assim como a reeleição de Morales em dezembro de 2009 com 64% dos votos, é compreendida por Garcia Linera como o ponto de bifurcação do processo revolucionário boliviano, em que houve uma vitória militar, eleitoral e política do povo sobre as “forças conservadoras de direita e golpista”, se encerrando a crise estatal vivida na Bolívia desde 2000, com o início das mobilizações anti-neoliberais. No entanto, segundo Osorio (2017, p. 40-41), o governo Morales-Linera confunde os conceitos de Estado e aparato de Estado, que os leva a crer que houve uma vitória das forças revolucionárias, se resolvendo o problema do poder na Bolívia. Porém, compreendendo essa diferença, que já foi apresentada, nota-se que a vitória de Morales possibilitou a ascensão a posições dentro do aparato de Estado, mas que o Estado, que é o centro do poder político, sendo a “condensação de relações de poder político e de domínio” continuou sendo um Estado capitalista, portanto, um Estado da classe dominante, que é a burguesia. E ainda, um Estado capitalista dependente, que é subsoberano, em que seu “poder estatal é subordinado a outros poderes estatais” (OSORIO, 2017, p. 48). Seus interesses, que são os interesses das suas burguesias internas, são também interesses das burguesias imperialistas. Dessa forma, derrubar um governo popular, mesmo um que não rompeu realmente com a estrutura capitalista do país, que continuou sendo primário-exportador e com um “estado burguês, que tem como função a maximização do lucro da classe dominante”, seguia interesses não só internos, mas externos, como é representado pela ingerência dos EUA (COSTA, 2022, p. 117).

A oposição da burguesia da *media luna* ao governo Morales foi explicitada na tentativa de golpe em 2008, em que seus departamentos exigiam a reversão da nacionalização dos hidrocarbonetos, “reclamando a perda de receitas de royalties do petróleo e gás que até então iam majoritariamente para essa região”, ao invés de serem distribuídos entre todas as regiões do país. No entanto, vale ressaltar que o governo Morales cedeu um papel importante para o setor privado, formando uma burguesia cruenha agroexportadora que atua principalmente em atividades extrativistas e agropecuárias (COSTA, 2022, p. 92-93). De acordo com uma pesquisa empírica realizada

por Costa (2022, p. 93, 95) a burguesia boliviana, que de fato nos primeiros anos de governo Morales se posicionou contra o presidente, tendo tido perdas econômicas principalmente por conta dos processos de nacionalizações, a partir de 2010, até 2014, houve um aumento do lucro da burguesia nacional e internacional, que se vincula principalmente ao incremento do PIB, aumentando o volume de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) (maiores até do que no período neoliberal boliviano). Nesse período, o departamento de Santa Cruz, em específico, aumentou em 28,3% o seu PIB. No entanto, a partir de 2015, a Bolívia passou a sentir os efeitos da crise financeira de 2008, havendo uma queda dos IED, que “caíram em toda a América Latina como resultado da diminuição do investimento em setores ligados aos recursos naturais, especialmente mineração e hidrocarbonetos, que são os principais focos de investimentos na Bolívia, e da desaceleração do crescimento econômico, sobretudo no Brasil” (COSTA, 2022, p. 95). Essa queda de investimentos significou uma queda do lucro das burguesias, que voltaram a se mobilizar de forma mais intensa contra o governo Morales, principalmente após a recusa do presidente em aceitar o resultado negativo de um referendo em 2016, que buscava possibilitar pela terceira vez a apresentação da chapa Morales-Linera à eleição de 2019. Segundo Costa (2022, p. 115) “a crise do capitalismo e as consequências para o lucro da burguesia acirram a luta de classes no país, aguçada pela postura do presidente Morales em não privilegiar políticas para minimizar os efeitos da crise para estas”.

Nisso, vale então apontar que a insatisfação da burguesia com o governo, que buscava formas de recuperar o seu lucro, era também com a política nacional referente ao lítio, que dificultava a adesão de investimentos estrangeiros para sua exploração, por ser um processo “que vem sendo desenvolvido com cuidado pelo governo, tendo em vista também a presença dos indígenas no território e a garantia da soberania sobre os recursos naturais do país” (COSTA, 2022, p. 114). O lítio também, como já discutido, é um dos principais fatores do interesse dos EUA na Bolívia, mas não só ele, como a variedade de recursos presentes no país. Destaca-se um telegrama de julho de 2007 que o embaixador estadunidense Philip Goldberg enviou a Washington. Neste telegrama, foi destacado por Goldberg que o clima de investimentos das empresas de mineração dos EUA na Bolívia não era atrativo, e a ele foi perguntado pelas empresas se o mesmo poderia interceder por elas para organizar uma reunião com Garcia Linera, no qual ele terminou dizendo: “Infelizmente, sem dinamite nas ruas, é incerto que a Embaixada ou as empresas de

mineração internacionais consigam atingir até mesmo esse objetivo mínimo” (WIKILEAKS, 2007).

Retoma-se também um acontecimento que se deu em meio ao acirramento da violência por parte da oposição na região da *media luna* em 2008, em que Morales anunciou a expulsão de Golgberg em setembro, acusando-o de financiar e conspirar com grupos autonomistas que articulavam um golpe, por exemplo, tendo viajado à região de Santa Cruz para se encontrar com o governador Rubén Costa um pouco antes dele ordenar a tomada de escritórios do governo nacional na região (ALLARD, GOLINGER, 2009, p. 70; BURRON, 2012, p. 125). Logo depois, a partir da mobilização de *colaleros* de Chapare, a USAID foi expulsa da região por conta dos seus programas anti-coca, com total apoio de Morales que afirmou que “a USAID encabeça uma campanha suja, uma conspiração contra o governo” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2008). Em julho de 2009, os prefeitos de Pando expulsaram a USAID de seu território (BURRON, 2012, p. 125; MAMANI, 2014, p. 131). Isso tudo culminou na expulsão efetiva da USAID de todo o território boliviano no dia primeiro de maio de 2013, sendo a agência acusada de executar projetos com fins políticos, que teria tido como principal consequência a divisão de organizações sociais (PAREDES, 2013). Com a expulsão da USAID, o governo estadunidense passou a canalizar a sua assistência econômica à Bolívia através de outros órgãos, como o Departamento do Estado e a Fundação Inter-Americana, tendo somado entre 2014 a 2019 um montante de US\$73.524.456 em assistência econômica, dos quais US\$56.049.857 foram só no ano de 2015, destinado a um programa contra as drogas referente ao *plan colombia*⁷ (USAID, 2021).

Também, a batalha no campo ideológico também se faz presente com a política estadunidense de “promoção da democracia” e dos valores liberais articulada com a economia de livre mercado e que, principalmente, não questionassem seus interesses na região (MINELLA, 2009, p. 17). Para isso, a National Endowment for Democracy (NED), criada em 1983, é fundamental, que tem como objetivo estabelecer um consenso geral em torno da “democracia” e livre-mercado, no qual o setor privado teria um papel imprescindível a desempenhar.

A NED é uma organização juridicamente privada, mas com orçamento presente no Departamento de Estado, e com recursos sendo repassados pela USAID (em sua maioria), que carrega em sua estrutura outras agências, como o Center for International

⁷ Iniciativa dos EUA que visava combater o tráfico de drogas colombiano.

Private Enterprise (CIPE), o National Democratic Institute for International Affairs (NDI) (representação do Partido Democrata), o International Republican Institute (IRI) (representação do Partido Republicano) e o American Center for International Labor Solidarity (ACILS). O CIPE dirige sua atuação para o universo empresarial, voltando-se a associações/organizações da sociedade civil que tem como objetivo influenciar nas políticas públicas orientadas pelo interesse do mercado (MINELLA, 2009, p. 3, 4, 5, 15). Em 2007, o CIPE, através de um documento que demonstrava a estratégia da organização de 2007 até 2012, apontou que a emergência do “populismo” e “protecionismo” eram duas ameaças que precisavam ser enfrentadas porque configuravam um “recuo da democracia”. Nesse recuo, alguns países da América Latina foram enquadrados, como Venezuela, Argentina e a própria Bolívia, no qual, segundo o que constava no documento, o presidente Morales “demonstrou desprezo pelo Estado de Direito e pelos direitos de propriedade, por nacionalizar hidrocarboneto e ter avançado na expropriação de terras” (CIPE, 2007, p. 3 *apud* MINELLA, 2009, p. 13-14, tradução nossa). Em 2014, o CIPE, através do seu relatório anual, classificou a Bolívia como uma democracia problemática, enfatizando que “a abordagem da administração atual depende fortemente em intervenção estatal, havendo pouco espaço para discussão de políticas alternativas que poderiam ajudar a Bolívia a evitar as armadilhas da ‘superdependência’ sobre seus recursos naturais” (CIPE, 2014, p. 14, tradução nossa). E entre 2016 a 2019, o CIPE, através de financiamento da NED, foi responsável por quatro projetos na Bolívia, totalizando US\$886.231 com foco na promoção de “ideias e valores democráticos”, através da atuação do setor privado (NED, 2020).

Antes da chegada de Morales ao poder, a USAID, como já citado, apoiou e formou partidos políticos de oposição ao projeto do MAS, e ajudando nessa estratégia estadunidense de ingerência política no país andino, a NED foi estabelecendo uma presença marcante dentro dos partidos de direita, como Podemos, MNR⁸, MIR⁹ e mais de 100 ONGs bolivianas, sendo investido em 2007, através do IRI e do NDI, US\$1.250.000.00 para a formação de membros dos partidos e organizações sociais (ALLARD, GOLINGER, 2009, p. 77).

E agora, para finalizar com o momento de maior instabilidade do governo Morales, que culminou na derrubada efetiva do presidente, o ano de 2019 foi mais um que marcou a história de golpes no continente latino-americano, considerando o golpe cívico, policial

⁸ Movimiento nacionalista revolucionario.

⁹ Movimiento de izquierda revolucionaria.

e militar que se efetuou. O início da crise política que se seguiu e culminou na renúncia de Morales em 10 de novembro, foi com a eleição presidencial no dia 20 de outubro, e que antes mesmo do início do processo eleitoral, começaram a surgir denúncias de fraude, que foi respaldado três dias depois das eleições pela Organização dos Estados Americanos (OEA), que divulgou um relatório preliminar as pressas. Essa denúncia já foi contestada em diversos estudos independentes¹⁰, o próprio relatório da OEA já apresentava inúmeras inconsistências e nenhuma prova, mas a denúncia de fraude seguiu firme, com uma articulação dos meios de comunicação nacionais e internacionais dando apoio à essa narrativa. A denúncia de fraude dava “legitimidade” ao movimento que se seguia de derrubada do governo Morales, havendo nas ruas confrontos violentos entre apoiadores governistas e grupos paramilitares alinhados ao Comitê Cívico de Santa Cruz que agrediram, ameaçaram e sequestraram políticos e membros do MAS, assim como suas famílias (ROMANO, et. al, p. 1, 15).

A OEA, dessa forma, desempenhou um papel de bastante relevância na derrubada de Morales, e vale destacar que apesar de ser uma organização que diz ser dos “Estados Americanos”, segundo Sánchez (2020) “longe de ser um instrumento para garantir a paz na região, é utilizado para consolidar os desejos dos EUA na América Latina e Caribe”, como pode ser atestado pelas suas ações, como por exemplo com o reconhecimento de Juan Guaidó na Venezuela, que se auto-proclamou presidente em 2019; com o respaldo do governo chileno de Sebastian Piñera frente a violência institucional contra as mobilizações populares anti-neoliberais em 2020; e claro, com a divulgação desse relatório sem provas que contestava o processo eleitoral boliviano em 2019.

E considerando o aspecto cívico do golpe, destaca-se que no ano anterior a NED financiou doze projetos num total de US\$956.407, focando seu apoio à partidos políticos, organizações da sociedade civil e meios de comunicação, assim como em 2007-2008, anos de grande instabilidade do governo Morales (LAJTMAN, JORDÁN, 2018; NED, 2018). E em 2019, o valor de US\$892.350 foi transferido para catorze diferentes projetos,

¹⁰ O relatório produzido pela OEA foi contestado por um estudo independente realizado a partir de coleta de dados pela The New York Times, em setembro de 2020, que constatou que o relatório da organização carecia de provas. E o processo eleitoral boliviano foi analisado por pesquisadores do MIT (Massachusetts Institute of Technology), do CEPR (Center for Economic Policy Research) e por Walter R. Mebane (um dos maiores analistas do mundo em fraude eleitoral), que provaram que não houve fraude sistêmica. Esses relatórios podem ser encontrados em:

https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3621475 (The New York Times);

https://jackrw.mit.edu/sites/default/files/documents/Bolivia_report-short.pdf (MIT);

<https://cepr.net/images/stories/reports/bolivia-elections-2019-11.pdf> (CEPR);

<http://www-personal.umich.edu/~wmebane/Bolivia2019.pdf> (Walter R. Mebane).

que mantiveram o mesmo foco dos anos anteriores, dos quais é possível ressaltar o projeto *Stimulating an Informed National Debate* do CIPE, que recebeu o maior montante no ano dentre os projetos da NED na Bolívia, de US\$270.031 (NED, 2019, tradução nossa), e dirigiu seu trabalho na organização de “fóruns com líderes da sociedade civil, jornalistas e influenciadores de mídia social proeminentes para aumentar o conhecimento público e receber contribuições sobre uma estratégia nacional abrangente, bem como promover o engajamento democrático em debates de políticas públicas” (NED, 2019).

Além disso, em 2019 destaca-se também entre os projetos, o *Providing Independent Analysis and Information*, que dizia na sua descrição que “focará especialmente nas campanhas presidenciais e legislativas nacionais, e na atuação do Conselho Supremo Eleitoral, que exerce controle sobre o processo eleitoral, e publicará um relatório especial sobre a inauguração de um novo mandato presidencial”, e que recebeu um financiamento de US\$50.000 (NED, 2019).

Agora, analisando a dimensão militar do golpe é preciso voltar um pouco no tempo, em 1949, quando se iniciou a assistência militar estadunidense à Bolívia, que se estendeu até 2004, no qual mais de quatro mil militares bolivianos viajaram aos EUA para receber treinamento na Escola das Américas (atual *Instituto del Hemisferio Occidental para la Cooperación de Seguridad*) em Fort Benning, sendo mais ou menos 350 deles apenas no período entre 2000-2004 (ROMANO, et. al, p. 11). Também vale ressaltar que figuras importantes na articulação do golpe, como o comandante chefe das forças armadas bolivianas, Williams Kaliman, e o comandante geral da polícia, Vladimir Yuri Calderón foram agregados, militar (2013-2016) e policial (2018), respectivamente, nos EUA. Kaliman foi aluno de diversos cursos em Fort Benning, como nos cursos ‘Comando y Estado Mayor 2003’, e ‘Estrategia y Política de Defensa (SDP)’; e Calderón atuou como presidente do Agregados Policiales de América Latina en Estados Unidos de América (APALA)¹¹, com sede em Washington (SPRAGUE, SEQUERA, 2019). Ambos os comandantes tiveram papel crucial na resolução do golpe, se voltando contra o governo, requisitando a renúncia do presidente Morales no dia 9 de novembro (POLICÍA BOLIVIANA, 2019; TVN CHILE, 2019), que o fez no dia seguinte, tendo que fugir para o México, se concretizando o golpe.

O presidente Morales, depois do golpe, afirmou que o principal motivo para a sua derrubada havia sido o lítio porque o país estava avançando “por conta própria” na sua

¹¹ Programa de “segurança multidimensional”, que tem como objetivo construir relações entre autoridades estadunidenses e policiais dos países-membros da OEA (SPRAGUE, SEQUERA, 2019).

industrialização e então, de acordo com o presidente “os Estados Unidos não perdoaram essa nossa política” (FARINELLI, 2020). Assim, retomando a discussão de Boron que afirma que o EUA, considerando a América Latina como a região mais importante do mundo, por ser sua zona de segurança externa e ser rica em recursos naturais, precisava se opor a projetos que, mesmo de forma limitada, buscava uma maior soberania sobre seus recursos, como é o caso da Bolívia em relação ao lítio. A partir desse olhar, compreendem-se os motivos que levou o EUA a investir milhões de dólares em projetos na Bolívia. Nessa questão do lítio, também é necessário levar em consideração a aliança do país com empresas chinesas, que se deram no início de 2019, sendo firmado acordos com a TBEA Group e a China Machinery Engineering para experimentar formas de extração do minério, em conjunto com a Yacimientos de Litio Bolivianos (PRASHAD, 2019). Diante disso, de acordo com Vijay Prashad (2019), “a ideia de que se pudesse ter um novo pacto social para explorar o lítio era inaceitável para as principais empresas de mineração transnacionais”, e então Morales, que era o principal empecilho para que essas empresas pudessem controlar de forma mais irrestrita os campos de lítio boliviano, “precisava sair”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa empreendida nesse artigo, pôde ser observado que nos momentos de maior instabilidade do governo Morales, que foram a tentativa de golpe de estado em 2008 e o golpe culminado em 2019, o papel que o EUA desempenhou mereceu destaque, ao se observar o foco dos projetos da USAID e NED em departamentos autonomistas, partidos políticos, meios de comunicação e organizações da sociedade civil, estimulando a instabilidade interna. E também, não se pode ignorar o papel cumprido no golpe que derrubou Morales pelo comandante chefe das forças armadas bolivianas, Williams Kaliman, e comandante geral da polícia, Vladimir Yuri Calderón, que se voltaram contra Morales, requisitando sua renúncia, e que ambos receberam treinamento nos EUA.

Não é nenhuma surpresa a atuação imperialista estadunidense na Bolívia, que é um país rico em recursos naturais, em especial o lítio, mas que elegeu um presidente com um projeto nacional de maior intervenção estatal na economia, que confrontava com interesses públicos-privados estadunidenses no país, ao levar em consideração que o lítio

é utilizado para a fabricação de veículos elétricos, que vem aumentando sua produção ano após ano, e a Tesla, que é uma empresa estadunidense, é quem mais os fabrica no mundo.

Em suma, a ingerência na Bolívia de um país imperialista como o EUA só explicita a importância do país de garantir a região como sua zona de influência, evitando a ascensão de governos hostis aos seus interesses, e também a condição subsoberana do Estado boliviano, compreendendo que a soberania plena “remete à capacidade estatal de decidir com autonomia no interior e para o exterior, sem condicionamentos estabelecidos por outros Estados ou entidades” (OSORIO, 2019, p. 186). Não é isso que se observa na Bolívia, pelo contrário, a soberania do país é restringida, levando em conta que diferente do que defendeu Garcia Linera, as “forças revolucionárias” não consolidaram seu poder político a partir do que ele chamou de “ponto de bifurcação”, com a derrota da tentativa de golpe em 2008. O Estado boliviano continuou sendo um Estado dependente, um Estado da classe dominante, que é a burguesia, que limita o poder de ação das classes dominadas para a construção do socialismo dentro dele, que é o que foi teoricamente defendido pelo governo Morales-Linera em torno dos conceitos de ‘Capitalismo andino-amazônico’ e ‘socialismo comunitário’. O golpe de Estado que derrubou de vez o presidente em 2019, que teve o papel dos EUA com alinhamento com a burguesia boliviana, demonstrou o caráter dependente do Estado boliviano, que tem “classes dominantes-dominadas” possuindo um projeto associado e subordinado aos interesses do imperialismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLARD, Jean-Guy; GOLINGER, Eva. *La agresión permanente: USAID, NED y CIA*. Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, Caracas, 2009.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *As políticas neoliberais e a crise na América do Sul*. Revista Brasileira de Política Internacional, agosto 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/fvD3ZxTMx79JzdCxS4rZTSt/?lang=pt> Acesso em: 15 jun. 2022.

BORON, Atilio A. Notas sobre a atualidade do imperialismo e a nova estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos. In: *As veias do sul continuam abertas: Debates sobre o imperialismo do nosso tempo*. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2020a.

BORON, Atilio A. *América Latina en la geopolítica del imperialismo*. Ediciones Luxemburg, Buenos Aires, 2020b.

BOLIVIA. *Historia de la COMIBOL*. COMIBOL, La paz, 2020. Disponível em: <http://www.comibol.gob.bo/index.php/institucional/historia-de-la-comibol> Acesso em: 10.04.22

BOLIVIA. *Breve reseña histórica*. Yacimientos de Lítio Bolivianos (YLB), La paz, 2021. Disponível em: https://www.ylb.gob.bo/inicio/acerca_de_YLB Acesso em: 12.04.22.

BURRON, Neil. *Unpacking U.S. Democracy Promotion in Bolivia: From Soft Tactics to Regime Change*. Latin American perspectives, Issue 182, Vol. 39 No. 1, January 2012 115-132 DOI: 10.1177/0094582X11423223

CHEMONICS INTERNATIONAL. *2003 Bolivia: Proyecto de Desarrollo Democrático y Participación Ciudadana Informe Final 1996-2003*. Washington, 2003.

CIPE. *Annual Report 2014. Issuu, 2015*. Disponível em: https://issuu.com/cipe_dc/docs/cipe_ar_final_r1 Acesso em: 06.05.21.

COMTRADE. *UN Comtrade Database*. United Nations, New York, 2022. Disponível em: <https://comtrade.un.org/Data/> Acesso em: 29.07.22

COSTA, Luiza Calvette. *O golpe (é) de Estado: o caso do golpe de 2019 na Bolívia*. 2022. 162f. Dissertação (Pós-graduação em Estudos Comparados sobre as Américas) - Universidade de Brasília, Brasília, Brasil, 2022.

DEA. *Our mission*. 2021. Disponível em: <https://www.dea.gov/who-we-are/about> Acesso em: 10.05.21.

EUA. *Executive Order on Strengthening American Leadership in Clean Cars and Trucks*. White House, Washington, 5 agosto 2021. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/presidential-actions/2021/08/05/executive-order-on-strengthening-american-leadership-in-clean-cars-and-trucks/> Acesso em: 29.07.22

FARINELLI, Victor. *Exclusivo à Fórum: Evo Morales chama de “Golpe do Lítio” o que viveu na Bolívia*. Revista Fórum, [S.L], 4 abril 2020. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/global/2020/4/4/exclusivo-forum-evo-morales-chama-de-golpe-do-litio-que-viveu-na-bolivia-72264.html> Acesso em: 5 agosto 2022.

FERNÁNDEZ, Aníbal García; HONORATO, Auxiliadora; VOLLENWEIDER, Camila; COVERTI, Lucia; et al. *Panorama del litio en América Latina*. Celag, fevereiro 2022. Disponível em: <https://www.celag.org/panorama-del-litio-en-america-latina/> Acesso em: 20.04.22

FOLHA DE SÃO PAULO. *Morales apoia cocaleros após expulsão de agência dos EUA*. [s.l.], 28 junho 2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2806200809.htm> Acesso em: 13/03/2022.

GARCIA LINERA, Alvaro. *El capitalismo andino-amazônico*. Le monde diplomatique, [S.I.], Jan. 2006. Disponível em: <https://www.lemondediplomatique.cl/2006/01/el-capitalismo-andino-amazonico.html> Acesso em: 10.05.21

GARCIA LINERA, Álvaro. *La construcción del Estado*. IEA-CONADU, Buenos Aires, 2010. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Argentina/iec-conadu/20171115043333/pdf_939.pdf Acesso em: 1.08.22.

GARCIA LINERA, Álvaro. *Socialismo comunitário*. Un horizonte de época. Ediciones Luxemburg, La Paz, 2015.

GOLINGER, Eva. *USAID en Bolivia y Venezuela: la subversión silenciosa*. Rebelión, Bolívia, 14 setembro 2007. Disponível em: <https://rebelion.org/usaids-en-bolivia-y-venezuela-la-subversion-silenciosa/> Acesso em: 20.04.21.

GOLINGER, Eva. *USAID's silent invasion in Bolivia*. NACLA, New York, 20 maio 2009. Disponível em: <https://nacla.org/news/usaid-silent-invasion-bolivia> Acesso em 19.04.21

GOUVEA, Marina Machado. *Gênese e estrutura de “imperialismo, fase superior do capitalismo”, de Lênin*. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 12, n. 2, p. 21-34, outubro 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v12i2.42024>

IEA. *Electric cars fend off supply challenges to more than double global sales*. IEA, Paris, 20 janeiro 2022. Disponível em: <https://www.iea.org/commentaries/electric-cars-fend-off-supply-challenges-to-more-than-double-global-sales> Acesso em: 28/07/22.

LAJTMAN, Tamara; JORDÁN, Axel Arias. *Los intereses de EE.UU. en la Bolivia del MAS*. CELAG, 2018. Disponível em: <https://www.celag.org/intereses-eeuu-bolivia-mas/> Acesso em: 23.04.21.

LUIGI JUNIOR, Ricardo Abrate. *Os movimentos autonomistas bolivianos na atualidade e a influência brasileira*. 2011. 97f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil, 2011.

MAMANI, Edwin Condori. *La cooperación de USAID en Bolivia y los efectos políticos durante el gobierno de Evo Morales a través del Programa de Fortalecimiento de las Instituciones Democráticas (2006-2009)*. 2014. 144f. Monografía (Graduação em Ciencia Política e Gestão Pública) - Universidad Mayor de San Andres. La Paz, Bolívia, 2014.

MINELLA, Ary Cesar. *Construindo hegemonia: democracia e livre mercado (atuação do NED e do CIPE na América Latina)*. Cad. CRH vol.22 no.55 Salvador jan./Apr. 2009

NED. *Bolívia 2018*. NED, 2018. Disponível em: <https://www.ned.org/region/latin-america-and-caribbean/bolivia-2018/> Acesso em: 23.04.21.

NED. *Awarded Grants Search*. NED, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3tCqVDZ> Acesso: 23.04.21.

NED. *Awarded Grants Search*. NED, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3o5qT6m>
Acesso em: 06.05.21.

OIG-CEPAL. *Bolívia- Sistema político e eleitoral*. Disponível em:
<https://oig.cepal.org/pt/paises/6/system> Acesso em: 28.04.21.

OSORIO, Jaime. *Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente*. Temporalis, Brasília, 2017. Disponível em:
https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17820/pdf_1 Acesso em: 25 julho 2022.

OSORIO, Jaime. *Estado no centro da mundialização*. A sociedade civil e o tema do poder. Expressão Popular, São Paulo, 2019.

PAREDES, Iván. *Evo expulsa a Usaid de Bolivia tras acusarla de injerencia política*. La Razón, La Paz, 2 mai. 2013. Disponível em: <https://www.la-razon.com/lr-article/evo-expulsa-a-usaid-de-bolivia-tras-acusarla-de-injerencia-politica/> Acesso em: 23.04.21

POLICÍA BOLIVIANA. *Mensaje del Sr. Gral. Cmdte. Vladimir Yuri Calderón Mariscal Comandante General de la Policía Boliviana*. [S.I.], 10 nov. 2019. Twitter. @pol_boliviana. Disponível em:
https://twitter.com/Pol_Boliviana/status/1193621777081159682?s=20 Acesso em: 24.04.21.

PRASHAD, Vijay. *As multinacionais, o valioso lítio da Bolívia e a urgência de um golpe*. Brasil de Fato, São Paulo, 13 novembro de 2019. Disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2019/11/13/artigo-or-o-litio-da-bolivia-e-a-urgencia-de-um-golpe> Acesso em: 13/03/2022.

PRASHAD, Vijay; BEJARANO, Alejandro. *Elon Musk, a fábrica da Tesla no Brasil e a conquista do lítio sul-americano*. Brasil de Fato, São Paulo, março 2020. Disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2020/03/12/elon-musk-a-fabrica-da-tesla-no-brasil-e-a-conquista-do-litio-sul-americano> Acesso em: 16.05.22

RITCHIE, Hannah; ROSER, Max. *Emissions by sector*. Our World Data, Wales, 2022. Disponível em: <https://ourworldindata.org/emissions-by-sector> Acesso em: 17.05.22

RODRIGUES, Bernardo Salgado; PADULA, Raphael. *Geopolítica do lítio no século XX. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v.6, n.11, 2017.

SANCHÉZ, Augustina. *Detrás del Golpe: la industrialización del litio en Bolivia*. CLACSO, Argentina, 2020. Disponível em: <https://www.clacso.org/detras-del-golpe-la-industrializacion-del-litio-en-bolivia/> Acesso em: 2.08.22

SPRAGUE, Jeb; SEQUERA, Diego. *Cúpula golpista en Bolivia fue entrenada por EEUU en la Escuela de las Américas y en cursos del FBI*. The grayzone, [S.I.], 15 nov. 2019. Disponível em: <https://thegrayzone.com/2019/11/15/golpe-bolivia-eeuu-escuela-de-las-americas-fbi/> Acesso em: 24.04.21.

TVN Chile. *Fuerzas Armadas bolivianas sugieren a Evo Morales que renuncie a la presidencia*. 24 Horas TVN Chile. 10 nov. 2019. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WymEQ695nEg> Acesso em: 24.04.21.

USAID-OIT. *Bolivia Field Report Jan-Mar 2007*. USAID, Washington, 2007. Disponível em: https://pdf.usaid.gov/pdf_docs/Pdacm178.pdf Acesso em: 21.04.21.

USAID. *USAID Bolívia*. 2014. Disponível em: <https://www.usaid.gov/news-information/fact-sheets/usaid-bolivia> Acesso em: 11.04.21

USAID. *USAID in Bolívia: 46 years working together*. 2018. Disponível em: <https://www.usaid.gov/sites/default/files/documents/1862/MEMORY.pdf> Acesso em: 10.04.21

USAID. *Office for transition initiatives (OTI)*. 2020. Disponível em: <https://www.usaid.gov/who-we-are/organization/bureaus/bureau-conflict-prevention-and-stabilization/office-transition-initiatives> Acesso em: 20.04.21.

USAID. *US Foreign Aid by country: Bolívia*. Foreign Aid explorer, 2021. Disponível em: https://explorer.usaid.gov/cd/BOL?fiscal_year=2016&measure=Obligations Acesso em: 23.04.21.

USGS. *Lithium deposits in the United States*. USGS, Virgínia, 5 agosto 2019. Disponível em: <https://www.sciencebase.gov/catalog/item/5d0baffce4b0e3d31162044c> Acesso em em: 29.07.22

USGS. *Mineral Commodity Summaries 2022 – Lithium*. USGS, Virgínia, Janeiro 2022. Disponível em: <https://pubs.usgs.gov/periodicals/mcs2022/mcs2022-lithium.pdf> Acesso em: 29.07.22

VISCARRA, S. *Uma análise sobre o desenvolvimento econômico e político da República Plurinacional da Bolívia nos primeiros anos do governo Morales (2006-2014)*. Agenda Política, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 74–107, 2017. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/146> Acesso em: 15 jun. 2022.

WILILEAKS. *Time to invest in bolivian mining? Not likely*. Wikileaks, 2007. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/07LAPAZ1840_a.html Acesso em: 10.05.21.